

AUDITORIA INTEGRADA NO PROCESSO DE GESTÃO PATRIMONIAL

Auditados

Secretaria de Gestão de Serviços

Secretaria de Gestão Administrativa

Secretaria de Tecnologia da Informação

RESUMO

Trata-se de trabalho de auditoria para avaliar a existência e a qualidade dos controles internos instituídos nos processos de gestão de bens móveis e imóveis da Justiça Eleitoral. Avaliações semelhantes foram realizadas concomitantemente por todos os Tribunais Regionais Eleitorais, cujos resultados foram enviados ao Tribunal Superior Eleitoral para consolidação e demais providências que justificaram a proposição dos trabalhos.

No TRE-MG, o trabalho foi executado pela Seção de Auditoria Operacional — SAOPE, unidade vinculada à Coordenadoria de Auditoria Interna (CAU), e fundamentou-se na aplicação de técnicas de avaliação e de Auditoria Baseada em Riscos.

Os principais pontos avaliados foram a condição das instalações dos cartórios eleitorais, a situação dos bens móveis situados em tais imóveis, assim como a cobertura securitária e a regularidade dos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico perante o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG).

Foram evidenciados 7 (sete) achados, caracterizados conforme as normas aplicáveis ao processo de auditoria interna, os quais resultaram no encaminhamento de 16 (dezesesseis) propostas de recomendação às unidades auditadas.

Os principais achados evidenciados dizem respeito à existência de inconformidades na estrutura física, limpeza e acessibilidade, à ocorrência de bens não localizados ou com identificação patrimonial inconforme nos cartórios eleitorais de Minas Gerais, bem como à ausência de licenciamento válido e cobertura securitária em parcela dos imóveis utilizados pelo TRE-MG.

Em função desses achados, recomendou-se a avaliação dos requisitos de conformidade contidos no questionário de auditoria elaborado pelo TSE e a implementação daqueles julgados viáveis, estruturar avaliação periódica das condições dos imóveis e instalações dos cartórios eleitorais, regularizar a localização, a identificação e os registros de bens móveis, assim como adotar as medidas necessárias para regularização dos sistemas de prevenção e combate a incêndio e pânico dos imóveis utilizados pelo Tribunal perante o CBMMG.

Espera-se com esse trabalho a adoção de medidas que aprimorem controles internos destinados à manutenção e salvaguarda dos bens móveis e imóveis do Tribunal.